

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

Patrimônio, sociedade e cidade

SABRINA FONTENELE E SILVIO OKSMAN

Temos visto nos últimos meses a questão da preservação do patrimônio cultural ser debatida cotidianamente em função de grandes projetos propostos pela atual gestão municipal. Neste sentido, no último dia 7, o Instituto dos Arquitetos do Brasil lançou uma carta pública com recomendações sobre as políticas de preservação de patrimônio cultural em São Paulo.

Semanas antes, renunciamos à cadeira de conselheiros do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) por discordarmos das práticas e da visão de patrimônio que estavam ali sendo exercidas.

Quando aceitamos o desafio de participar do Conpresp, entendíamos, a partir de nossa experiência acadêmica e profissional, que era possível pautar um debate qualificado, que aliasse desenvolvimento e qualificação urbana à preservação do patrimônio.

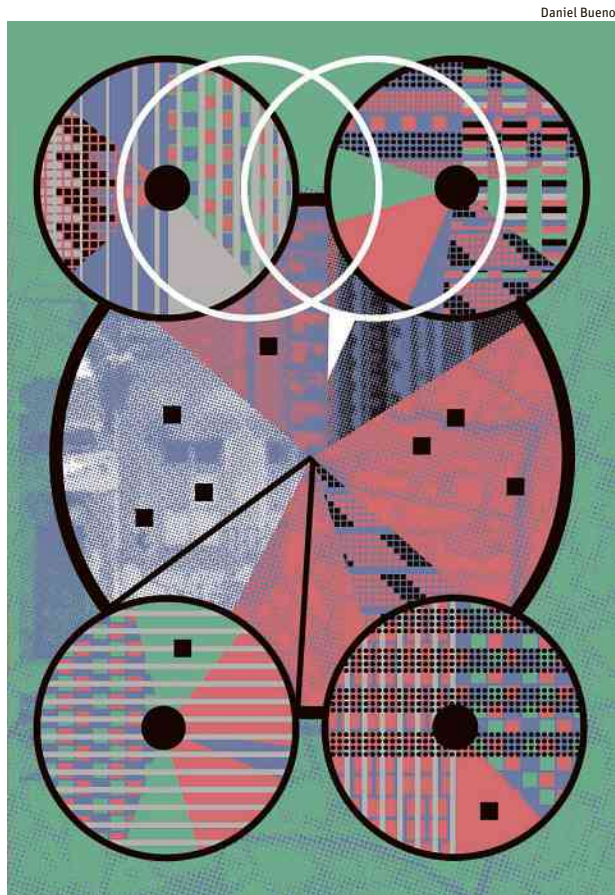
Temos convicção de que o campo do patrimônio é amplo e não trata apenas de tombamento e restauração de edifícios, mas de contribuir para as políticas urbanas como importantes elementos que constituem e representam, de variadas formas, as camadas da sociedade paulistana.

Entendemos ser um assunto complexo, multidisciplinar e que demanda reflexões aprofundadas.

As discussões atuais sobre preservação — dentro daquilo que se entende por patrimônio cultural — incluem outros temas para além daquele de valor histórico ou estético; tratam do cuidado com acervos, coleções, como também de manifestações como festas populares e de rituais próprios, a exemplo do samba rock paulistano e dos teatros independentes.

Certamente haveria grandes embates neste conselho, considerando as propostas divulgadas pela nova gestão. O desafio seria conciliar uma proposta de incentivo à atividade imobiliária aliada à preservação do patrimônio cultural, em uma cidade em transformação permanente e intensa como a nossa.

Ao aceitarmos participar do Conpresp, acreditávamos na capacidade da área técnica (DPH), com funcionários que colaboram na construção de políticas públicas de preservação de patrimônio e que se responsabilizam pelas Jornadas do Patrimônio, que há três anos vêm permitindo a visitação e discussão sobre patrimônio de forma crescente. O que nos interessava era que



Daniel Bueno

Renunciamos à cadeira de conselheiros do Conpresp por discordarmos das práticas e da visão de patrimônio de São Paulo ali exercidas

ocorresse o debate qualificado entre conselho e área técnica para fundamentar decisões, mesmo cientes de que divergências seriam inevitáveis. No entanto, as discussões no conselho se mostraram aceleradas demais e limitavam reflexões mais profundas e cuidadosas, como as necessárias para temas complexos como as de intervenções recentes em conjuntos arquitetônicos tombados ou para analisar o tombamento de grandes glebas urbanas numa metrópole em disputa.

Foi decisivo, para questionar nossa representação, acompanhar ao longo dos últimos meses como os estudos técnicos muitas vezes foram descartados ou como, mais de uma vez, foi ignorada a importân-

cia que este conselho tem no cuidado com a paisagem urbana. Nossa permanência, muito mais do que contribuir para uma reflexão sobre o patrimônio construído, que caberia aos representantes do IAB, demonstraria que estávamos legitimando essa dinâmica.

Moradores da cidade de São Paulo merecem um conselho que preze pela sua memória nos mais diversos aspectos. Assim, mostram-se urgentes e necessários um acompanhamento mais amplo por parte de seus cidadãos e uma reflexão mais profunda e cuidadosa do que vem ocorrendo neste momento.

SABRINA FONTENELE, 39, arquiteta, pesquisadora de pós-doutorado no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp, funcionária do Centro de Preservação Cultural da USP, foi conselheira do Conpresp em 2017 (gestão Dória)

SILVIO OKSMAN, 45, arquiteto e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi conselheiro do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) entre 2013 e 2016 (gestão Alckmin) e do Conpresp em 2017 (gestão Dória)

Facada no estômago

CECILIA MELLO

Tive essa sensação ao saber que a Câmara aprovou revogar a atenuante da menoridade penal para aqueles com menos de 21 à época do crime

Este é o sentimento que tive ao saber que a Câmara aprovou, em “pacotão”, a revogação da atenuante da menoridade penal e da contagem, pela metade, da prescrição para aqueles que, ao tempo do crime, eram menores de 21 anos (projeto de lei 2862/04) — mas manteve essas prerrogativas para réus de 70 anos ou mais.

Pergunto: excluída a hipótese de insanidade mental, qual grupo de indivíduos tem maior compreensão e consciência da prática de um delito? A falta de técnica para o trato do assunto parece-me flagrante, apesar de não ser essa a discussão.

A redução da maioridade penal é debate diverso. Aqui, o que pretendem revogar é a determinação legal de redução da pena a ser aplicada ao jovem que tenha cometido um delito entre 18 e 21 anos e a contagem do prazo prescricional pela metade. Os argumentos: “modernizar” a lei brasileira, com o pretexto de que todo jovem entre 18 e 21 anos tem “plena” consciência do ato criminoso que pratica.

Os legisladores vivem infinito distanciamento da realidade social. Não da realidade violenta e cruel que assola o país — esta todos conhecem. Falo da realidade desses jovens que, na sua maioria, cometem, nessa idade, o primeiro delito, no mais das vezes sem violência. Desconhecem, esses políticos, pi-

lares básicos da crença no ser humano, da recuperação e da reinserção social. Desconhecem princípios que norteiam a aplicação e a execução da pena; que a solução dos conflitos e da violência depende do respeito, da punição efetiva e equilibrada e da valorização da dignidade humana. Depende, essencialmente, de tentarmos recuperar, por via transversa, aquilo que foi prometido e não dado no tempo certo. Quanto ao sistema carcerário, em dados aproximados, 50% das condenações são por delitos de tráfico de drogas e roubo; 75% dos presos têm, no máximo, ensino fundamental completo (53% incompleto; 6% analfabetos); 30% estão entre 18 e 24 anos, faixa etária que representa só 11% da população brasileira, o que aponta para um universo imenso de jovens encarcerados.

Desnecessário falarmos das deploráveis condições do sistema prisional, situação conhecida de todos, esquecida por conveniência política e social. Mas vale um pequeno destaque: a taxa de mortalidade nas prisões é três vezes maior do que

fora delas, a incidência de HIV e tuberculose são, respectivamente, 60 e 38 vezes maiores do que na população em geral. Durante anos de judicatura, talvez a minha mais intensa reflexão — e a maior preocupação — tenha sido sobre a primeira condenação de um jovem, a possibilidade da sua recuperação e a efetiva necessidade da prisão.

Estamos falando de tudo quanto, por descumprimento de direitos básicos, não lhe foi dado ou até mesmo lhe foi tirado. Será que ainda iremos restringir, mais e mais, as suas possibilidades de recuperação? Quantas gerações iremos perder? Não falo de impunidade, falo de adequação, de equilíbrio, de punição com ressociação; falo de dignidade, de eficiência do Estado no trato com o ser humano.

Será que realmente acreditam na competência do nosso sistema prisional? Verdadeiramente, acho que não pensam nisso. O anseio por justiça e pela diminuição da violência leva a um raciocínio de encarceramento eterno, como que, se presos, de lá não mais saíssem. Ainda que não seja por ética, direito ou compaixão, vale a reflexão de uma frase atribuída aos presos pelo professor Alvinho Augusto de Sá: “Hoje estou contido, amanhã estarei contigo”.

CECILIA MELLO, advogada, é ex-desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS)

PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@grupofolha.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

Corrupção no Rio

Vai ser um longo período de faxina política no Rio de Janeiro, mas o Estado precisava começar a fazer essa limpeza. Deve vir muita coisa feia pela frente. Como sou trabalhador e honesto, não consigo nem imaginar o que vem por aí (“Tribunal Regional Federal do Rio determina prisão de presidente da Alerj”, folha.com/no1935874).

REINALDO CUNHA (Passo Fundo, RS)



Nesses últimos três anos, convivemos diariamente com notícias de desvios de dinheiro público por parte de políticos, empresários e servidores nos municípios, Estados e na união. Todo esse dinheiro desviado contou com a conivência do TCU, dos TCEs e da Receita Federal. Para que precisamos desses órgãos? Por que tantos servidores são corruptos?

ANDRÉ LUIS COUTINHO (Campinas, SP)

Delação premiada

Até que enfim um delator colocou o nome do esperto e fatídico Paulo Skaf na roda. O homem do pato amarelo já vinha se destacando no uso absurdo da Fiesp para tentar se promover politicamente (“Ministro Piccinini direcionou licitação, afirma marqueteiro”, “Poder”, 16/11).

MARCOS BARBOSA (Casa Branca, SP)



O ministro Ricardo Lewandowski decidiu bem ao não homologar a delação premiada do marqueteiro Renato Pereira. Não cabe ao Ministério Público fixar a pena privativa de liberdade, o perdão de crimes e o montante da multa. Essa competência é do Poder Judiciário.

ANTONIO CARLOS RAMOZZI, (São Paulo, SP)

Reforma trabalhista

Arrumaram um jeito de chamar quem trabalha intermitentemente de preguiçoso. Em dois anos, teremos o trabalho intermitente como a regra. Em um país sem emprego e com mão de obra pouco capacitada, isto cria a escravidão neoliberal (“MP da reforma trabalhista promete seguro-desemprego a intermitente”, “Mercado”, 16/11).

WAGNER SANTOS (Ribeirão Preto, SP)



Agora, a maioria do povo brasileiro vai ser de trabalhadores intermitentes e sem acesso a seguro-desemprego. Ou seja, serão desempregados intermitentes.

WAGNER NOBUO HANAOKA (São Paulo, SP)



O governo precisa fazer várias reformas, mas com regras claras de transição para cada regime (estatutários, INSS). Se não for assim, e se a reforma foi feita apenas com a finalidade de agradar a banqueiros, é melhor deixá-la para o próximo governo, que deverá discutí-la com toda a sociedade.

FRANCIS BERNARDO (Varginha, MG)



Sejam inteligentes. Os empregados são maioria. Votem nos políticos que são contra essas reformas. Podemos reverter esse descalabro. A minoria não pode vencer a maioria se formos unidos.

MARCO ANTONIO (São Paulo, SP)

» LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - www.folha.com.br/paineldoleitor

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saa@grupofolha.com.br 0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

» OMBUDSMAN: ombudsman@grupofolha.com.br 0800-015-9000

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FÓRUM REFORMA TRABALHISTA (12.NOV, PÁG.5) Diferentemente do que foi publicado na reportagem “O que muda com a nova lei”, a demissão em comum acordo é mais benéfica para o empregado do que se demitir ou ser demitido por justa causa, e é melhor para as empresas do que demitir o tra-

balhador sem justa causa.

ILUSTRADA (15.NOV, PÁG. C6) O debate entre os então candidatos à Presidência Lula e Fernando Collor aconteceu em 1989, não em 1992, como informado incorretamente na coluna “Calabresa e pó-de-arroz”.

Colunistas

Sobre a coluna de Laura Carvalho (“A metamorfose de Bolsonaro”, “Mercado”, 16/11), o liberalismo virou dogma há muito tempo. Fora dos limites acadêmicos, esse conceito simplesmente é usado de maneira conveniente por aquele que atualmente é sagrado: o deus mercado. Viva!

ANTONIO CATIGERO OLIVEIRA (São Paulo, SP)



Roberto Dias, em “E a JBS, hein?” (“Opinião”, 16/11), disserta muito sucinta e corretamente sobre o açougue que cresceu como pequena empresa e que gerou a JBS. Fala da trajetória da maioria das empresas que se tornaram muito grandes, não só aqui, no Brasil, como em todo o mundo.

JOSÉ DIEGUEZ (São Carlos, SP)

Procuradores

Vamos reconhecer os méritos na forma de governar desse governador que soube ler Maquiavel e é muito bem respaldado em suas ações. Ou seja, sabe como governar sem ser importunado (as delações desapareceram rapidamente), com um Ministério Público muito bem pago, especialmente para importar os partidos de oposição (“Alckmin propõe aumento para procuradores e irrita Assembleia”, “Poder”, 16/11).

DIMAS FLORIANI (Curitiba, PR)



O PSDB paulista fica sempre entre os extremos da responsabilidade fiscal segundo as diretrizes do falecido Mário Covas e as necessidades de recompor o poder aquisitivo do funcionalismo. Mas aí há uma contradição: financia com dinheiro público o metrô e o monotrilho. O pior cego é aquele que não quer ver.

ARNALDO V. AZEVEDO MARQUES (São Paulo, SP)



Diferentemente do que afirma a reportagem, o PLC não trata de aumento para procuradores do Estado. Trata especificamente de três temas: a alteração da composição do conselho da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), sem qualquer ônus ao Estado, garante estabilidade aos procuradores aprovados no estágio probatório e atualiza a GAE, percebida eventualmente pelos procuradores que acumulam banca de colegas em razão de férias ou licença, de acordo com a legislação vigente e dentro do teto constitucional.

ELIVAL DA SILVA RAMOS, procurador-geral do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)



O PLC 31/17 beneficiará cerca de cem procuradores do Estado, de um total de 830 em atividade, visando a estimular a permanência nos quadros da PGE-SP daqueles em início de carreira. Em razão da remuneração superior recebida em outras carreiras jurídicas, eles estão deixando a Procuradoria, com grave prejuízo ao interesse público e à arrecadação tributária do Estado. Sua permanência permite o pagamento de vários compromissos, dentre os quais eventuais reajustes para outras categorias que também buscam melhorias.

MARCOS NIUSDEO, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (APESP) (São Paulo, SP)